

A Universidade na América Latina¹

J. Leite Lopes

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF
Rua Dr. Xavier Sigaud, 150
22290-180 - Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Aos especialistas na história da educação interessa coletar as datas de fundação das universidades em diferentes países, examinar em detalhe a evolução dessas instituições. São dados importantes e é de esperar que as organizações internacionais dedicadas à educação, à ciência e à cultura obtenham e publiquem, se já não o fizeram, essas informações sobre as universidades em todos os países da América Latina.

Seria possível, assim, comparar êsses dados com as informações sobre o sistema econômico desses países e procurar obter uma correlação quantitativa entre a economia, de um lado, e a educação, a cultura e a investigação científica nesta região do mundo.

Os dados estatísticos confirmarão, certamente, que as universidades produzem essencialmente os profissionais, os homens de ciência e de cultura que são exigidos pela sociedade a que pertencem.

Os países da América Latina têm estado, em geral, sob a dominação econômica e política dos países avançados; inicialmente, das metrópoles, Espanha e Portugal e após a independência política, daquelas nações que estabeleceram hegemonia no mundo ocidental.

A criação das primeiras faculdades de ensino superior foi naturalmente orientada para a formação de bacharéis em Direito – necessários à resolução de conflitos entre os componentes da elite dominante; de médicos – fundamentais para cuidar da saúde e curar as enfermidades dos latino-americanos ricos; de engenheiros civis – para construir seus palácios e residências, as obras metropolitanas.

Contudo, mesmo hoje em dia, o número de graduados em medicina, nas diversas especialidades da engenharia, em agronomia, não é o que seria necessário para atender às necessidades das populações da América Latina. Esta constatação é simples consequência do fato que os sistemas políticos e as estruturas econômicas correspondentes nos países da América Latina não estão, em geral, implantados para atender às necessidades de suas populações, ao seu desenvolvimento econômico e cultural livre de submissões a interesses alienígenas. Êste é um fato bem conhecido mas que não é suficientemente difundido e debatido entre cientistas e, em particular, entre os físicos.

¹Reprodução, na íntegra do artigo publicado na revista *Ciência e Cultura*, 20(4): 1968. pags. 690–92.

Até a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento da pesquisa científica nos estabelecimentos de ensino superior e nas universidades não alcançou expressão socialmente significativa na América Latina.

Não devemos, naturalmente, desconhecer os grandes homens de ciência que os países deste Continente produziram, que constituem motivo de justo orgulho para nós outros e graças a cujos esforços podemos hoje continuar a luta pelo progresso da ciência na América Latina. Refiro-me, entretanto à investigação científica executada por equipes suficientemente numerosas, nos diversos domínios da ciência e da tecnologia e em contínua interação com o desenvolvimento econômico dos nossos países. Sob este aspecto, é deficitário o balanço das atividades das universidades latino-americanas. E não poderia ser outro o resultado esperado. A economia dos países da América latina tem-se baseado em atividades agrícolas, mineiras e industriais que não exigiram, até hoje, a formação pelas nossas universidades de cientistas e técnicos de alto nível, indispensáveis ao aperfeiçoamento contínuo dos bens produzidos, à invenção, à criação de novas idéias e mecanismos associados a um tal aperfeiçoamento. Pelo contrário, os sistemas econômicos das nações latino-americanas baseiam-se em técnicas estabelecidas nos países desenvolvidos, as indústrias mais importantes são filiais de sociedades estrangeiras.

Ora, estas sociedades industriais possuem seus grandes laboratórios de investigação científica e tecnológica em seus países de origem, onde se realizam as descobertas e o desenvolvimento de novos produtos.

Nos países da América Latina, instalam-se, em regra geral filiais dessas empresas industriais que se limitam a montar ou a fabricar produtos protegidos por patentes e pelos quais temos de pagar preços elevados.

Não existindo mercado de trabalho para físicos especializados em ciência e tecnologia nuclear, em estado sólido, em óptica, em ciência dos materiais e em outros domínios, não havendo demanda para químicos, geólogos, bioquímicos, cientistas e técnicos de alto nível associados à indústria farmacêutica, à indústria metalúrgica, à petroquímica, à indústria nuclear (que não se permite implantar na América Latina) será automaticamente limitada a capacidade de desenvolvimento das universidades e institutos científicos nessas especialidades.

Não é, portanto, de estranhar que excelentes universidades e instituições de investigação científica na América Latina – como em outras regiões do Terceiro Mundo – sejam freqüentemente objeto de pressões políticas muitas vezes sob a forma de falta de apoio financeiro, com a conseqüente demissão e dispersão dos grupos de pesquisadores que, à custa de extraordinários esforços, se conseguem ali formar. A história recente em vários países do nosso Continente é bastante ilustrativa a este respeito.

O que é importante salientar, entretanto, é que esta instabilidade, ao contrário do que se comprazem em afirmar publicações de certos países avançados, não é devida ao temperamento específico dos latino-americanos. Ela resulta de uma instabilidade política imposta a esses países pelos grupos dominantes, da troca de governos e regimes políticos comandada pela defesa dos interesses econômicos ali investidos. O florescimento de

institutos de investigação científica, livres, a implantação de uma universidade moderna – como a de Brasília até 1964 – ou modernizada – como a de Buenos Aires até 1966 – dão lugar ao aparecimento de pesquisadores, de homens de cultura, que podem pôr em dúvida, perante as novas gerações, unicamente pelo seu trabalho de investigação, a justeza e justiça do sistema estabelecido. Surgem, então a repressão a estas atividades de criação literária, filosófica e artística, a substituição de cientistas que se preocupam com as aspirações do seu povo e o sentido de suas investigações, por cientistas estimulados a unicamente trabalhar na Ciência pela Ciência.

Surgem a intervenção, o estabelecimento de um regime de censura à peças de teatro, ao cinema, à imprensa, a fim de que não se abale o “establishment”: o sistemas agrário latifundiário, a propriedade estrangeira de minas, das riquezas do solo, da flora e da fauna, o sistema industrial dominado pelas grandes emprêsas estrangeiras.

A êste quadro de alienação das riquezas e das estruturas básicas de um país tem de corresponder um quadro de alienação das universidades – voltadas a formar apenas engenheiros operacionais, técnicos necessários ao funcionamento das emprêsas e das máquinas importadas ou montadas, historiadores, escritores e sociólogos que se conformem ao sistema vigente, administradores e sócios menores dessas emprêsas.

Não creio que seja necessário citar exemplos específicos – vários dêles são do conhecimento dos cientistas latino-americanos.

Desejo, entretanto, salientar nesta oportunidade que, paralelamente a êste trabalho de destruição ou de oposição aos pesquisadores independentes, seria desastroso se se realizasse algum programa internacional ou multinacional com a participação de agências de outros países nos institutos científicos e universidades classificadas excelentes, com a finalidade de estabilizar o sistema e impedir o ressurgimento de novas equipes de pesquisadores e professôres independentes. Sobretudo se um tal programa procurasse atribuir dotações a institutos e a cientistas considerados politicamente dignos de confiança, marginalizando os demais.

Não posso deixar de mencionar aqui – pois os temas parecem-me associados uns aos outros – a crise que tem ocorrido ultimamente em certas universidades latino-americanas, caracterizada por uma confrontação direta entre a mocidade universitária e autoridades educacionais, homens e sistema de govêrno. É verdade que existem elementos comuns entre a rebeldia estudantil dêses e a outros países, mesmo desenvolvidos, como a França, Itália, Alemanha, Estados Unidos, Polônia, Iugoslávia.

Trata-se, de um lado, de um maior amadurecimento biológico e cultural da mocidade de hoje, que tem acesso direto às informações sôbre as realizações científicas e tecnológicas contemporâneas; de outro lado, trata-se também da falta de grandeza humana nos sistemas políticos das nações desenvolvidas, no absurdo de guerras cruéis, no egoísmo das sociedades de consumo e de esbanjamento de luxo e riquezas ao lado de povos pobres e explorados – dois têtços da humanidade.

Mas no caso latino-americano, é a tomada de consciência pelos jovens universitários, de situação de subdesenvolvimento crescente de seus países, da falta de programas na-

cionais para eliminar o analfabetismo, para erradicar as doenças, para criar empregos; é a tendência, ao contrário, de alguns governos em querer transformar as universidades governamentais em instituições privadas. Ora, na América Latina, dada a ausência de indústrias poderosas desvinculadas de dominação estrangeira, a decisão de entregar a manutenção das universidades à empresa privada, equivaleria a entregar a interesses estrangeiros o controle da educação nacional – entrega até hoje não realizada por nenhum país independente.

É também a tomada de consciência por parte dos jovens de vários países da América Latina, de que não se pode impedir a desnacionalização das universidades e do sistema educacional sem a nacionalização dos sistemas e estruturas econômicas e políticas – é esta constatação que é a raiz da crise nesta região do mundo, como nos países subdesenvolvidos.

Em nossos países, possuímos universidades grandes e pequenas, institutos de pesquisa científica maiores e menores. Temos a consciência de que essas universidades e institutos necessitam, em sua maioria, de modernizar-se. Esta modernização, a transformação completa de muitas delas, exigem correspondentemente programas de governo, em todos os setores, de modernização, de transformação das estruturas. Mas tais planos de desenvolvimento não podem alcançar êxito se não visarem à participação generalizada da população dos frutos do progresso com o objetivo de realizar os ideais de felicidade humana. Para este fim devem as universidades também estar voltadas.

Universidades verdadeiramente autônomas – livres de pressões políticas, mantidas por governos representativos dos povos de cada país latino-americano, dinâmicas, impulsoras da investigação e da cultura, abertas à nossa juventude, sem preocupações de castas ou elites, são as universidades de que necessitamos cada vez mais neste Continente; universidades e instituições científicas cuja estrutura permita o recrutamento para seu corpo docente e de investigação, dos melhores professores e pesquisadores, onde quer que estejam, de qualquer nacionalidade, religião ou credo político; universidades e institutos científicos não somente apoiados financeiramente pelo governo de cada país, mas que sejam também respeitados por esses mesmos governos e que tenham assim a possibilidade de contribuir, com a devida continuidade no tempo, para o progresso das nações latino-americanas.

O que afirmo é que esses ideais, que devemos perseguir sempre, exigem para a sua realização, além do trabalho científico indispensável, uma participação mais ampla de físicos, dos cientistas, na busca de soluções adequadas para as estruturas fundamentais dos nossos países.